

Características do mercado de trabalho brasileiro no século XXI: uma leitura sob a perspectiva da superexploração da força de trabalho

Márcia de Lima Pereira Couto¹
Carlos Augusto Couto Xavier²
Mariana Nascimento Oliveira³

Resumo: Nos últimos anos do século XX, mais especificamente na sua última década, o Brasil passou por grandes mudanças estruturais que impactaram de forma muito negativa o mercado de trabalho, situação a qual somente na década seguinte apresentou alterações que apontam melhorias importantes, como por exemplo os ganhos em termos reais de salário, mas, que em linhas gerais não foram suficientes para recondicionar estruturalmente a dinâmica econômica do emprego e renda dos trabalhadores brasileiros. A partir dessa perspectiva geral e no intuito de entender melhor as condições de trabalho, este artigo tem como objetivo caracterizar o mercado de trabalho brasileiro no período mais recente, a partir de dados secundários coletados em órgãos e instituições oficiais, identificando como os elementos de exploração do trabalho se apresentam. Para tanto, parte-se da perspectiva teórica da superexploração do trabalho, enquanto categoria inserida no debate da Teoria Marxista da Dependência e apresentada por Ruy Mauro Marini. Assim, cabe destacar que apesar de alguns avanços, é factível a identificação de condições de superexploração da força de trabalho, seja por meio dos rendimentos obtidos, da jornada de trabalho realizada ou do grau de informalidade na economia.

Palavras-chave: Brasil. Mercado de trabalho. Superexploração da força de trabalho.

Abstract: In the last years of the twentieth century, more specifically in its last decade, Brazil underwent major structural changes that had a very negative impact on the labor market, a situation that only in the following decade presented changes that point to important improvements, such as Earnings in real terms of salary, but that in general were not enough to recondition structurally the economic dynamics of employment and income of Brazilian workers. From this general perspective and in order to better understand working conditions, this article aims to characterize the Brazilian labor market in the most recent period, from secondary data collected in official bodies and institutions, identifying how the elements of exploitation Of the work present themselves. For this, it starts from the theoretical perspective of the superexploitation of the work, as a category inserted in the debate of the Marxist Theory of the Dependence and presented by Ruy Mauro Marini. Thus, it is worth noting that despite some advances, it is feasible to identify the conditions of overexploitation of the labor force, whether through the income obtained, the workday performed or the degree of informality in the economy.

Key-Words: Brazil. Job market. Overexploitation of the workforce

1. Introdução

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia. PPGE /UFPA. Professora da Unidade Acadêmica de Economia -UAECON (UFCG). E-mail: marcialpbr@yahoo.com.br

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia - PPGE /UFPA. E-mail: augustocx@yahoo.com.br

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia PPGE /UFPA. E-mail: mariana.oliveira.2@hotmail.com

O mercado de trabalho brasileiro passou por profundas mudanças a partir dos anos noventa do século XX como fruto da opção de política econômica adotada, cuja prioridade consistia em combater a inflação, criar mecanismos para pagamento de dívida externa e promover uma inserção no país em um processo de globalização, através da diminuição da intervenção do Estado na economia, aumento na taxa de juros, câmbio valorizado para promover o combate à inflação, privatizações, abertura comercial e financeira, cujos efeitos foram nefastos para o crescimento econômico e por consequência para o mercado de trabalho, resultando em ampliação da informalidade, flexibilização, terceirização e precarização do trabalho.

De acordo com a maior parte da literatura, tal conjuntura se modifica a partir dos anos 2000, onde se verifica uma maior focalização na implementação de políticas públicas mais favoráveis a qualificação dos trabalhadores, políticas de transferência de renda, ampliação do crédito e política de valorização do salário mínimo, aquecimento do consumo interno e ampliação nos níveis de emprego e renda e nas condições de trabalho em termos gerais. Todavia, alguns dados corroboram com elementos teóricos que apontam que apesar de algumas melhorias e como parte do próprio sistema capitalista, prevalece sempre à lógica de acumulação e, portanto, a condição de exploração da força de trabalho é parte fundamental do processo.

Assim, com base na tese de superexploração do trabalho, enquanto categoria inserida no debate da Teoria Marxista da Dependência e apresentada por Ruy Mauro Marini, este artigo tem como objetivo geral caracterizar o mercado de trabalho brasileiro no período mais recente, e a partir de dados secundários coletados em órgãos e instituições oficiais, identificar como os elementos de exploração do trabalho se apresentam.

Além desta introdução, o trabalho possui mais três seções, construídas da seguinte forma: a seção dois traz os elementos teóricos acerca da proposição da Superexploração do Trabalho, proposta por Ruy Mauro Marini; na seção três traz-se à tona um panorama geral acerca da economia brasileira e do mercado de trabalho nos anos noventa; na seção quatro é realizada a caracterização do emprego no Brasil a partir dos anos 2000 e identificação de elementos relativos à condição de superexploração; Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Superexploração do Trabalho: aspectos gerais da contribuição de Ruy Mauro Marini

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), ao resgatar elementos importantes da contribuição de Karl Marx, emerge no intuito de explicar a realidade latino-americana de forma a contrapor as ideias dos Cepalinos e estruturalistas, demonstrando que o capitalismo dependente, que caracteriza a América Latina, pode ser explicado através do conceito de superexploração do

trabalho, o qual se constitui no principal pilar da TMD e tem como expoente teórico Ruy Mauro Marini, através de algumas de suas obras, dentre as quais se destaca “Dialética da dependência” publicada em 1973.

Marini acreditava que o sistema capitalista convergia para formas monopólicas, hierarquizadas e díspares, por isso, as relações nessa ordem se manifestam na reprodução controversa de diferentes padrões de acumulação. De um lado, um centro industrial produtor de grandes níveis de composição orgânica e, do outro, economias dependentes marcadas pelo atraso tecno-científico e constantes transferências de mais-valor (MARTINS, 2013). As economias mais avançadas, por dominarem tecnologias mais sofisticadas (poupadoras de trabalho), possuem uma maior capacidade produtiva e um custo individual sobre suas mercadorias inferior quando comparadas às mercadorias produzidas nas periferias, as quais desprovidas de aparato tecnológico similar, recorrem à superexploração do trabalho como forma de compensação.

Neste sentido, Marini (2005) discute o papel da economias latino-americanas no desenvolvimento do capitalismo, através da contribuição no que se refere ao fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento em favor da Europa e a promoção da sua grande indústria, relação de forte subordinação, a qual não se rompe com a independência política, dado que era interessante continuar tendo a América Latina provendo suas necessidades de produtos agrícolas, e assim cumpria importante papel no desenvolvimento capitalista: fazer com que a produção dos países centrais extrapolasse a produção de mais-valia absoluta para produção de mais-valia relativa e, adversamente, o desenvolvimento de sua produção ocorresse através de uma ampliação no nível de exploração dos seus trabalhadores, emergindo dessas proposições a ideia de acumulação oriunda da superexploração do trabalho.

De tal maneira, a superexploração do trabalho, enquanto característica essencial da produção nos países dependentes, como o caso das nações pertencentes à América Latina, pode ser entendida inicialmente pelo fato de que sua produção se determina pela baixa composição orgânica do capital, ao passo que países de base industrial tem composição orgânica mais elevada e crescente, e portanto, passam por um processo de queda na taxa de lucro, levando estes últimos a buscarem mecanismos de ampliação da mais-valia como forma de compensar tal queda. (Marini, 2005).

Assim, dada a diferença das composições orgânicas entre países periféricos e centrais, tem-se como aspecto característico primordial e típico da divisão internacional do trabalho, o fato de que os países periféricos alcançam menor valor pelos bens produzidos em relação aos bens industrializados das economias centrais, estes primeiros buscam compensar o menor valor da produção através da ampliação da mesma, aspecto este relacionado a um processo de trocas desiguais e que, portanto, fazendo com que os países periféricos acabem por recorrer a

superexploração do trabalho como forma de atenuar efeitos da transferência de valor que ocorre destes para os países do centro capitalista. (Ramalho e Moreira, 2013).

Prosseguindo, Marini (2005) discute que a condição de dependência que caracteriza países da América Latina se explicita porque não se verifica um intuito de contraposição ao processo de transferência de valor para países centrais e sim uma forma que se encontra de compensar a mais-valia perdida, através de maior exploração de sua força de trabalho.

Destarte, Marini considerava superexploração toda aquela situação em que o trabalhador tem o valor de sua força de trabalho remunerada abaixo do seu valor real, ou seja, o salário recebido pelo trabalhador não é capaz de compensar ou repor o desgaste físico e mental derivado de um esforço suplementar. É esse mecanismo periférico de produção de mais-valor que fundamenta a relação de dependência entre países. Uma vez que a distância de produtividade compromete a competitividade das burguesias periféricas, o contrabalanço se dá no plano da produção interna, por meio de três condições: 1. O aumento da intensidade do trabalho, que por uma maior exploração gera um aumento de mais-valia; 2. O prolongamento da jornada de trabalho, que permite o aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica, estendendo o tempo de trabalho excedente; 3. Redução do consumo do operário além do limite normal, nesse caso parte do fundo necessário de consumo do trabalhador passa a alimentar o fundo de acumulação do capital, e dessa forma, tem-se a violação do valor trabalho (MARINI, 2005).

No que diz respeito a realidade de economias latino-americanas, como é o caso da economia brasileira, é importante destacar a crítica de Marini as ideias dos autores desenvolvimentistas ao apontarem a industrialização como condição de superação do subdesenvolvimento. Marini (2005) destaca que, no caso das economias periféricas latino-americanas, de base agroexportadora, a indústria emerge apenas de forma débil, uma vez que esta se ampliava apenas mediante processos de estrangulamentos ou restrições externas, em termos de acesso a bens importados e como forma de atender a uma demanda pré-existente, cuja estrutura se monta mediante as exigências dos países avançados, de onde advinham anteriormente os produtos demandados e “...continuou sendo uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação.” (p.166)

Todavia, é importante enfatizar que a indústria latino-americana por ser marcadamente de baixo nível tecnológico, tem como elemento de determinação dos bens produzidos os salários, visto que a economia agroexportadora ao liberar mão de obra gera, portanto, um exército de trabalhadores disponíveis, cuja condição promove uma baixa nos salários, e faz com que estes sejam absorvidos na atividade industrial e passem a caracterizar tal atividade através de processos de intensificação e prolongamento de jornadas de trabalho, como forma de se ampliar a acumulação

de capital também neste setor. Portanto, tendo-se também na parca indústria latino-americana a superexploração do trabalho como característica fundamental.

Assim, na medida em que se avança no processo de industrialização, os países periféricos incorporam tecnologia importada dos países centrais, que tem duplo interesse nesse processo: primeiro criar novos mercados para ampliar acumulação de sua indústria pesada e, em segundo lugar, dado o nível avançado de desenvolvimento tecnológico em que se encontram, vender bens de capital já considerados obsoletos para sua realidade produtiva.

Dessa forma, embora avancem em alguma medida, competir com a indústria dos países centrais em manufaturados é algo praticamente impossível, configurando-se assim uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos mantêm, de certa maneira, uma base produtiva auxiliar à indústria dos países centrais, uma base de acumulação de capital focada mais na ampliação do valor, na geração de mais valia, na exploração da força de trabalho. Além disso, dadas as dificuldades de competir no mercado externo na produção de bens manufaturados, o setor agroexportador mantêm sua importância histórica enquanto atividade econômica, levando alguns autores, em período mais recente, a um debate pautado na reprimarização da economia, como uma forma de se manter a competitividade em termos de exportações, visto que se tem maiores possibilidades de diminuição de custos através da superexploração da força de trabalho. (Marini (2005) e Amaral e Carcanholo (2009)).

3. Panorama da economia brasileira e do mercado de trabalho nos anos noventa

O entendimento acerca da realidade recente do mercado de trabalho brasileiro, impõe a necessidade de se explicar, mesmo que de forma muito geral, mudanças profundas pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1990. Tais mudanças são justificadas a partir da situação econômica vivenciada nos anos 1980, cuja principal característica é a profunda recessão vivenciada pelo país, além da luta contínua no combate à inflação e que promovem a escolha de políticas econômicas, por parte do Estado, que são inteiramente adversas à classe trabalhadora, afetada também pelo baixo nível de investimentos por parte da iniciativa privada, cujos reflexos negativos no mercado de trabalho, promoviam precarização e/ou destruição das condições de emprego formal.

De forma mais específica, tem-se que os anos 1990, seguem uma tendência já observada na década anterior, qual seja sanear os problemas de ordem econômica e a busca pela inserção do Brasil no processo de globalização em curso. Para tanto, o Estado optou pela adoção de políticas de caráter liberalizante como: abertura comercial, desregulamentação dos mercados, diminuição do papel do Estado na economia, privatizações, dentre outras, cujo reflexo sobre o mercado de trabalho

foi ainda mais contundente, com elevação no número de desempregados, ocupações precárias e redução do assalariamento.

Prosseguindo para melhor compreensão dos efeitos sobre o mercado de trabalho, convém destacar inicialmente que a política econômica voltada para a abertura comercial e financeira do país, implantada já no governo de Fernando Collor de Mello, onde são retiradas tarifas de importação e tomadas outras medidas que passam a estimular o comércio internacional e, conseqüentemente a entrada de produtos estrangeiros no país, que passam a competir fortemente com a produção nacional, reflete-se, sobretudo sobre o setor industrial, o qual é responsável por boa parte dos empregos gerados na economia. Com esse percalço provocado pela abertura das fronteiras nacionais ao comércio exterior, surge uma busca cada vez maior por elevar o nível de produtividade e, assim aumentar a competitividade, principalmente através da busca pela modernização tecnológica e racionalidade produtiva, eliminando ao máximo custos no processo produtivo, sobretudo com mão-de-obra, conforme demonstra Baltar (1999):

Expostos à competição internacional, o parque produtivo está se reestruturando, eliminando segmentos não-competitivos e desenvolvendo os que são capazes de competir com as importações. Por enquanto, essa reestruturação tem significado redução no nível de emprego formal. (BALTAR, p. 147, 1999).

Assim, a partir da abertura comercial o emprego formal no Brasil sofreu declínios sucessivos, isto segundo os empregadores deve-se ao fato, da necessidade premente de redução dos custos de produção, para fazer frente aos produtos concorrentes agora “invadindo” o mercado, argumento este que tem embutida a idéia neoliberal de flexibilizar o trabalho.

O resultado passível de ser visualizado como decorrência desta “necessidade” do empregador está posto nas estatísticas que trabalham à absorção da mão de obra por setor, onde é possível perceber ao longo dos anos mais recentes uma certa migração dos empregados do setor secundário para o setor terciário e o porquê disto está posto na informalidade reinante no terciário. Vale salientar que nem sempre às ocupações informais possuem qualidade e remuneração equivalentes a um emprego formal e na maioria das vezes tem-se a subutilização do trabalho nesse setor. De maneira que, o crescimento da força de trabalho vinculada ao setor terciário em boa parte se dá pela rejeição por parte dos empresários em aceitar o ônus dos encargos sociais exigidos pela legislação trabalhista em vigor, e não a uma opção do trabalhador. A contratação de prestadores de serviços, está dentro da lógica de aumentar a competitividade, via redução de custos.

De acordo com POCHMANN (1999), no final da década de 90 de cada dez ocupações existentes, seis encontram-se inseridas no setor terciário, duas estavam no setor secundário e duas enquadravam-se no setor primário, enquanto que nos anos 80, quatro pessoas eram do setor terciário, três estavam empregadas no secundário e três no setor primário.

Sob esta perspectiva, verifica-se o aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, não apenas como derivativo da abertura comercial, muito embora este seja um fator que contribuiu fortemente para que essa tendência se mostrasse sobressaltada, mais também como fruto das políticas econômicas adotadas pelos governos subsequentes ao Governo Collor, aspecto este que fica visível quando se observam os dados da PNAD⁴ para a década de 1990: o número de pessoas empregadas de maneira informal passa de um percentual de 55,2% em 1992 para um patamar de 56,3% em 1999, ao passo que nesse mesmo período o número de trabalhadores do setor formal declina de 41,08% para 39,81%, respectivamente.

Cabe destacar que ao longo de toda a década de 90 os sucessivos governos voltaram-se intensamente para dar prosseguimento ao processo de adesão à postura neoliberal e direcionaram as políticas econômicas para esse caminho, o qual tem demonstrado ser fortemente opositor ao crescimento do emprego no país. Nesse sentido, na tentativa de debelar o processo inflacionário, e redirecionar a economia a um processo de crescimento, ainda durante o governo Itamar Franco foram adotadas medidas de forte restrição no que se refere aos gastos governamentais, sendo esta uma das bases para a implantação do Real como uma moeda que através de seus mecanismos conseguiu conter a inflação, mas não conseguiu trilhar o esperado crescimento econômico, tão pouco contribuiu para maior geração de empregos, especialmente formais.

Não obstante, as próprias características do Plano Real, como por exemplo, a manutenção da âncora cambial no início do plano, fez crescer o montante de importações e, por consequência provocou sérios problemas na indústria nacional, com a forte concorrência internacional, desestimulando a contratação de mais mão de obra. Além do mais uma outra questão que ocorre desde o início da década aqui analisada passa a exercer forte influência na economia: a abertura financeira, caracterizada por incentivo a entrada e permanência dos chamados capitais especulativos no país, com vistas à manutenção de reservas para assegurar a paridade cambial e capital para amortização de dívidas do país. Essa é uma questão que se acentua entre os anos 1994 e 1995 quando se tem uma maciça fuga de capitais, decorrente da crise econômica no México. Para conter esse processo e evitar um montante ainda maior de saída de capitais e atrair outros investidores financeiros o governo realiza uma forte elevação nas taxas de juros.

Com base nisso, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que havia uma preocupação em manter o capital financeiro especulando nos mercados do país, praticamente nada se fazia para incentivar o investimento produtivo em âmbito nacional, fundamental para elevar o nível de empregos na economia. Então, durante os anos 90, o nível de investimentos produtivos no Brasil,

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – IBGE.

medido pela proporção do PIB declinou significativamente em comparação ao montante investido nos anos 80, denotando numa situação onde mais de 3 milhões de empregos foram destruídos no país. (MATTOSO, 2001).

Para efeito de ilustração do comportamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990, através da Tabela 1 verifica-se que o crescimento da População Economicamente Ativa não foi acompanhado pelo percentual de assalariados, que se compararmos com dados de 1980 e 1989, embora a política macroeconômica estivesse basicamente voltada para as exportações, com o intuito de gerar superávits comerciais que possibilitasse o pagamento dos elevados juros da dívida externa, o percentual da População Economicamente Ativa - PEA assalariada manteve-se o mesmo, ou seja, 62,8% . Já nos anos referenciados da década de 90 (1991, 1995 e 1999), este percentual mantém-se apenas para o primeiro desses anos, registrando declínio de participação em 1995 (58,2%) e 1999 (53,2%). Dentre estes, os empregados com registro, que representavam cerca de 49,2% dos assalariados em 1980, declinaram significativamente em 1999, representando apenas 26,5% da PEA. Contrariamente a estes, os empregados sem registro apresentaram no mesmo período comportamento percentual ascendente, registrando participação percentual de 13,6% em 1980 chegando a 26,7% em 1999. A parcela da PEA correspondente à pessoas sem remuneração apresentou-se ascendente no mesmo período e as categorias empregador e conta própria demonstram certa estabilidade, em termos percentuais.

Além disso, pode-se verificar o aumento contínuo no nível de desempregados, principalmente nos anos 90, atingindo uma taxa de 9,6% em 1999 em comparação ao início desta década, onde o percentual de desempregados ainda representava 4,25 % da PEA. Como reflexo de todo esse cenário, o indicador de precarização passou de 25,6% em 1980 para 42,7% em 1995 e chega ao patamar de 48,9% no final dos anos 90 denotando o resultado das políticas econômicas adotadas.

Tabela 1: Evolução da população economicamente ativa (P. E. A): condição de ocupação e desemprego.

ITENS	ANO				
	1980	1989	1991	1995	1999
PEA (MIL)	43.235,7 (100%)	58.456,2 (100%)	62.513,2 (100%)	70.750,5 (100%)	79.315,3 (100%)
Empregador	3,1%	4,2%	3,9%	3,9%	3,7%
Conta Própria	22,1%	21,2%	23,9%	22,4%	20,9%
Sem Remuneração	9,2%	7,6%	5,4%	9,0%	12,6%
Assalariado	62,8%	62,8%	62,6%	58,2%	53,2%
Com Registro	49,2%	38,3%	36,6%	30,9%	26,5%
Sem Registro	13,6%	25,7%	26,0%	27,3%	26,7%
Desempregados	2,8%	3,0%	4,2%	6,4%	9,6%
Indicador de Precarização*	25,6%	36,3%	36,6%	42,7%⁰	48,9%

* Este indicador representa o total dos sem remuneração, sem registro e desempregados, como proporção da População Economicamente Ativa (PEA). POCHMANN (1999)

Através desse cenário construído em torno do fator trabalho durante a década de noventa, pode-se concluir que o conjunto de políticas adotadas no país foi positivo em alguns aspectos, especialmente no que se refere às metas puramente monetárias de combate a inflação; além do alcance de maior credibilidade no mercado internacional, contudo, com relação às questões reais, com destaque para as concernentes ao mercado de trabalho, os dados indicam um resultado extremamente negativo, provocando desassalariamento, precarização e, sobretudo desemprego, forçando o trabalhador a buscar como alternativa sua inserção no mercado informal.

4. Anos 2000: caracterização do emprego e das relações de trabalho do Brasil

Os anos 2000, se caracterizam por consideráveis melhorias em termos de desempenho da economia, fruto de mudanças em termos de políticas econômicas adotadas que implicam e ao mesmo tempo influem em maior crescimento econômico, aspecto este de grande relevância para geração de impactos positivos no mercado de trabalho, seja através da ampliação da criação de empregos formais, diminuição na taxa de desemprego, melhoria em termos da estrutura de ocupações e redução das desigualdades.

Um aspecto que tem relevância no período mais recente reside no próprio fortalecimento do Estado através da implementação de políticas públicas que favoreceram a qualificação dos trabalhadores, políticas de transferência de renda, ampliação do crédito e política de valorização do salário mínimo, tendo como um dos elementos de destaque resultantes o aquecimento do consumo interno, o que leva tem sido um dos importantes responsáveis pela maior geração de empregos, tendo em vista que historicamente a dinâmica da economia brasileira é liderada pelo consumo de massa e por investimentos em infraestrutura.

Em termos gerais, diversas análises do período apontam que houveram melhorias tanto do ponto de vista econômico, seja via maior estabilidade da economia brasileira, crescimento continuado, quanto de indicadores sociais, como redução dos níveis de pobreza, diminuição do desemprego e informalidade, ampliação do consumo, acesso à educação e, dentre outros aspectos, na própria qualidade dos empregos gerados na economia. Todavia, considerando o próprio processo de acumulação capitalista que caracteriza o país e condição de dependência que caracteriza economias periféricas faz-se importante entender como se caracteriza o mercado de trabalho brasileiro no período recente, no intuito de entender melhorias e percalços ainda persistentes. É o que será apresentado a partir deste ponto, a partir da análise de alguns indicadores.

No que diz respeito a distribuição de pessoas por condição na atividade por idade no Brasil para os anos 2002, 2008 e 2014, conforme expõe a tabela 2, observa-se que há um predomínio de

pessoas com idade entre 30 e 49 anos de idade dentre os economicamente ativos, ao passo que dentre os não economicamente ativos, há uma representação maior de pessoas mais jovens, com destaque para os dois primeiros grupos de idade (10 a 14 anos e 15 a 19 anos), embora com ligeira queda no período em análise e os mais idosos, com 60 anos ou mais, que representavam 7,9% dentre os não economicamente ativos e passam a 11,2% no mesmo período. Sobre a maior representação de jovens dentre os não economicamente ativos, isso pode estar relacionado com maior tempo em busca de qualificação por parte destes, protelando sua entrada no mercado de trabalho ou mesmo dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sendo, portanto, necessária investigação mais profunda acerca dos condicionantes de inserção desse grupo, o que foge ao objetivo específico desse trabalho.

Tabela 2: Pessoas por condição de atividade na semana de referência e grupos de idade no Brasil para os anos 2002, 2008 e 2014. (Em %)

Grupos de idade	Total			Economicamente ativa			Não economicamente ativa		
	2002	2008	2014	2002	2008	2014	2002	2008	2014
Total	100,0	100,0	100,0	61,3	62,0	61,0	38,7	38,0	39,0
10 a 14 anos	11,8	10,9	9,1	1,5	0,9	0,5	10,3	10,0	8,6
15 a 19 anos	12,2	10,6	10,0	6,2	5,1	4,3	6,1	5,5	5,6
20 a 24 anos	11,6	10,3	9,0	8,9	8,1	6,8	2,8	2,2	2,1
25 a 29 anos	9,8	10,1	9,0	7,9	8,4	7,4	1,9	1,7	1,6
30 a 39 anos	18,2	17,5	18,1	15,0	14,7	15,2	3,2	2,8	2,9
40 a 49 anos	14,9	15,8	15,8	11,8	12,8	12,8	3,1	3,1	3,0
50 a 59 anos	10,0	11,7	13,2	6,5	7,9	9,1	3,5	3,7	4,0
60 anos ou mais	11,4	13,1	15,9	3,6	4,1	4,7	7,9	9,0	11,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos ocupados por número de trabalhos e por sexo, por região e para o Brasil. Através desta é possível perceber que tem declinado o número de pessoas ocupadas com 2 ou mais trabalhos, em todas as regiões, com destaque para o Nordeste e o Norte com quedas mais acentuadas e que há um predomínio dos homens dentre os ocupados e também, embora com representação pequena, dentre os que possuem mais de um trabalho em todas as regiões e isso pode estar relacionado a questão da jornada doméstica executada majoritariamente pelas mulheres. Outro aspecto que pode ser discutido é que embora esteja declinando e ter pouca representatividade, uma parcela de trabalhadores ainda exerce mais de uma atividade e isso pode ter uma relação com a insuficiência de rendimentos e a necessidade de complementação para a provisão da sua subsistência.

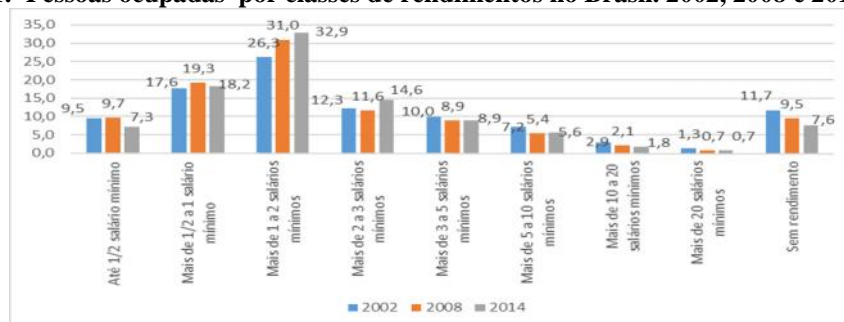
Tabela 3: Distribuição dos ocupados por número de trabalhos e sexo para o Brasil e Grandes Regiões para os anos 2002, 2008 e 2014. (Em %)

Brasil e Regiões	Sexo	1 trabalho			2 ou mais trabalhos		
		2002	2008	2014	2002	2008	2014
Brasil	Total	95,3	95,18	96,48	4,7	4,82	3,52
	Homem	55,81	54,88	55,01	2,87	2,73	1,92
	Mulher	39,49	40,3	41,48	1,83	2,09	1,59
Norte	Total	95,75	95,55	97,35	4,25	4,45	2,65
	Homem	57,86	58,87	59,26	2,35	2,71	1,62
	Mulher	37,88	36,68	38,09	1,9	1,74	1,03
Nordeste	Total	93,52	93,55	96,02	6,48	6,45	3,98
	Homem	55,53	54,53	55,7	4,42	4,13	2,31
	Mulher	37,99	39,02	40,32	2,06	2,32	1,67
Sudeste	Total	96,32	95,96	96,72	3,68	4,04	3,28
	Homem	56,05	54,81	54,28	2,04	2,05	1,72
	Mulher	40,27	41,15	42,45	1,63	1,99	1,56
Sul	Total	95,06	95,33	95,94	4,94	4,67	4,06
	Homem	54,12	53,54	53,17	2,89	2,36	2,08
	Mulher	40,94	41,79	42,78	2,05	2,3	1,97
Centro-Oeste	Total	96,18	95,78	96,91	3,82	4,22	3,09
	Homem	57,88	55,26	56,13	2,26	2,46	1,74
	Mulher	38,3	40,52	40,78	1,56	1,76	1,34

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA.

No que diz respeito aos ocupados por classes de rendimentos no Brasil, o Gráfico 1 aponta que para os anos observados, há um predomínio e tendência ascendente de representação de trabalhadores recebendo de 1 a 2 salários mínimos (26,3% em 2002 passando a 32,9% em 2014), seguido dos que recebem de 1/2 a 1 salário (17,2% em 2002 e 18,2% em 2014). Destaca-se ainda que houve uma ligeira diminuição de representação de trabalhadores que recebiam até meio salário mínimo (em 2002 tinha representação de 9,5% e em 2014, 7,3%), dos que não tinha rendimento, que correspondiam a 11,7% e passaram a 7,6% dos ocupados. Mais também houve uma pequena diminuição em termos de representação dos que recebiam a partir de 3 a 5 salários mínimos. Tal aspecto, denota que embora das condições do mercado de trabalho tenham melhorado, bem como o próprio salário real, a partir dos anos 2000, houve uma maior ocupação, mas caracterizada ainda por salários relativamente baixos.

Gráfico 1: Pessoas ocupadas por classes de rendimentos no Brasil. 2002, 2008 e 2014. (Em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA.

Com relação a classes de rendimentos relacionadas a escolaridade dos trabalhadores no Brasil (2002, 2008 e 2014), observa-se que para os sem instrução e com até 3 anos de estudos, a faixa salarial predominante em todos os anos era de até 1 salário, seguido de 1 a 3 salários, embora ambos com ligeira tendência declinante, podendo estar relacionado ao crescimento da escolaridade dos indivíduos. Nas faixas de 4 a 7 anos de estudo houve uma pequena redução de representação dos que recebiam até 1 salário e também dos que recebiam de 1 a 3 salários mínimos, embora esta última ainda seja predominante nesta faixa de escolaridade. Nas faixas de 8 a 10 anos e de 11 a 14 anos de estudos, destaca-se crescimento de trabalhadores que recebiam até 1 salário, de 1 a 3 salários, a qual prepondera sobretudo para esse último nível de escolaridade, no qual também se destaca uma tímida elevação no número de trabalhadores que recebiam acima de 3 salários e leve queda de participação acima de 5 salários. Para os indivíduos mais escolarizados (acima de 15 anos de estudos), um primeiro aspecto que se destaca é o crescimento de participação dentre os ocupados tanto para quem recebia em 2014 de 1 a 3 salários mínimos (maior representação) e de 3 a 10 salários, em relação aos dois outros anos observados. Tal aspecto corrobora em parte com a ideia de que indivíduos mais escolarizados tendem a receber maiores salários, mas há que se destacar que embora tenha crescido o número de pessoas ocupadas com nível mais elevado de escolaridade, isso não tem sido condição suficiente para que estes recebam maiores salários.

Gráfico 2: Pessoas ocupadas por anos de estudo e classes de rendimentos no Brasil. 2002, 2008 e 2014. (Em %)

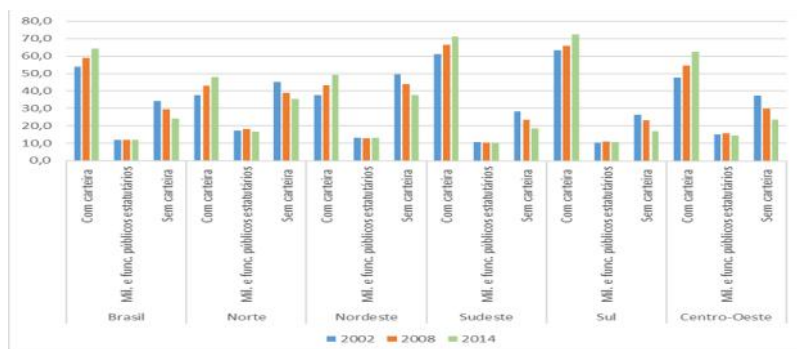


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA.

Ainda sobre rendimentos, conforme os dados da PNAD (2016) para o Brasil para os anos 2002 e 2014, outro aspecto que pode ser destacado é que em termos de grupamento de atividades, as atividades agrícola e serviços domésticos são os que tem maior representatividade de trabalhadores recebendo até um salário mínimo, na faixa de 1 a 2 salários tem-se destaque trabalhadores da indústria, indústria de transformação e comércio e reparação, e acima de 2 até 5 salários mínimos tem-se maior parcela dentre os trabalhadores do setor de transportes, administração pública, educação e saúde. Nesta última faixa salarial também se verifica parcela razoável de trabalhadores do comércio e serviços de reparação e indústria de transformação. Acima de 5 salários há uma pequena representação em todos os grupamentos de atividades. Tais tendências corroboram com aspectos teóricos de superexploração, sobretudo quando se constata parcela considerável de trabalhadores agrícolas e de serviços domésticos, atividades caracteristicamente desgastantes com salários comparativamente muito baixos.

No que diz respeito a condição de ocupação, o Gráfico 3 apresenta distribuição percentual para o Brasil e por regiões para os anos 2002, 2008 e 2014. Cabe destacar que em todas as regiões se verifica, no período analisado, uma considerável elevação no emprego com carteira assinada e, por conseguinte declínio do percentual de trabalhadores sem carteira. As regiões Sudeste e Sul se destacam por serem as que tem maior representatividade de trabalhadores com carteira assinada e as regiões Nordeste e Norte ainda possuem uma parcela considerável de trabalhadores sem carteira assinada, embora com tendência declinante. Em termos médios, o Brasil passou de cerca de 53% de ocupados com Carteira assinada em 2002 para patamar superior a 64% em 2014, ao passo que os sem carteira eram em torno de 33% e passaram a representar cerca de 23%, respectivamente. Militares e funcionários públicos estatutários apresentam-se praticamente inalterados (cerca de 13%) ao longo do período. Os dados apontam conformidade com melhorias no mercado de trabalho a partir dos anos 2000, sobretudo no que se refere a condição de flexibilização do trabalho, característica muito presente no mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa.

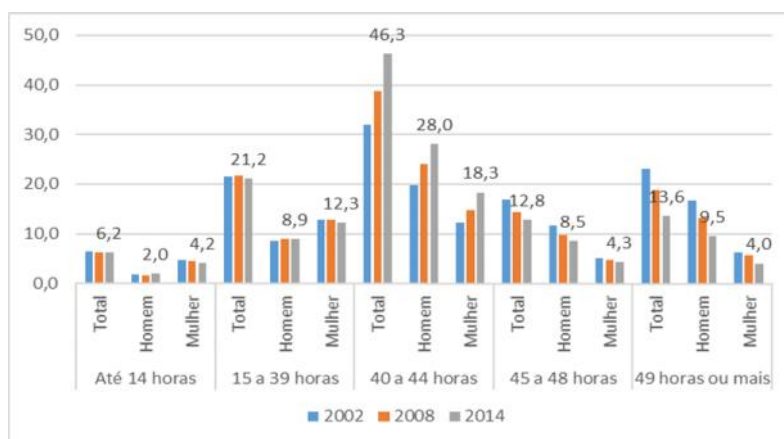
Gráfico 3: Distribuição dos indivíduos por condição de ocupação nos anos 2002, 2008 e 2014. Brasil e Grandes Regiões. (Em %)



BFonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA.

No que concerne a jornada de trabalho, o Gráfico 4 apresenta dados de trabalhadores ocupados considerando também o gênero para o Brasil (2002, 2008 e 2014). Neste é possível verificar a preponderância de trabalhadores que cumprem jornada de trabalho conforme regem as leis trabalhistas (de 40 até 44 horas semanais) tanto de homens quanto de mulheres, com maior representatividade destes primeiros. As mulheres superam o número de homens apenas nas jornadas de trabalho entre 15 e 39 horas, aspecto este que pode estar relacionado também a cumulatividade de jornadas (no mercado de trabalho e doméstica). Um aspecto que chama a atenção é que dos trabalhadores ocupados, 26,4% em 2014, exerciam jornada de trabalho entre 45 a 48 horas e 49 ou mais horas, ou seja, mais de ¼ da população ocupada no Brasil extrapola a jornada de trabalho normal, muitas vezes como forma de complementar uma renda para subsistência e manutenção de sua condição física, aludindo ao que preconiza as proposições de superexploração da força de trabalho.

Gráfico 4: Pessoas ocupadas por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos e sexo no Brasil. 2002, 2008 e 2014. (Em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA.

A Tabela 4 aponta os rendimentos médios nominais anuais por segmento para o Brasil e por Regiões, bem como dados referentes ao Salário Mínimo Necessário para o período de 2002 a 2014, onde este último indicador é calculado pelo DIEESE, o qual toma como base o preceito previsto na

constituição brasileira que aponta que o salário mínimo deve ser aquele que seja capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família⁵ e baseia-se também no Decreto lei nº 399/1938, que denota que “...o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos.” (DIEESE, 2016, ps. 10 e 11). Sobre o rendimento médio nominal dos trabalhadores, durante o período considerado, destaca-se a princípio a região Nordeste, como sendo a região onde mais cresceu o rendimento médio (+201%), embora se constitua na região que apresenta menor rendimento médio do país (R\$ 1.810,43 em 2014) e destoa consideravelmente das demais regiões; A segunda posição com maior variação no rendimento médio do trabalho formal, em termos comparativos é a Região Norte (+ 182%) e cujo rendimento ocupa a terceira posição dentre as cinco regiões em 2014, correspondendo a R\$ 2.149,36. Adversamente à situação imediatamente apresentada, tem-se as regiões com maiores rendimentos em todo o período e eu apresentaram menores taxas de crescimento ao longo dos 12 anos em questão, quais sejam: Centro-Oeste (+ 169% e rendimento médio de R\$ 2.632,07 em 2014) e Sudeste (+156% e rendimento R\$ 2.410,21). A região Sul apresentou um crescimento do rendimento médio, no período de 2002 a 2014, da ordem de 178%, correspondendo a R\$ 2.108,82 em 2014.

Tabela 4: Rendimento médio nominal anual do trabalho formal para o Brasil e Grandes Regiões e média do salário mínimo necessário* para o período de 2002 a 2014. (Em R\$)

ANO	Remuneração média nominal						Sal.mín. necessário*
	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2014	R\$ 2.252,20	R\$ 2.149,36	R\$ 1.810,43	R\$ 2.632,07	R\$ 2.410,21	R\$ 2.108,82	R\$ 2.925,16
2013	R\$ 2.073,45	R\$ 1.969,77	R\$ 1.663,82	R\$ 2.438,12	R\$ 2.219,42	R\$ 1.930,90	R\$ 2.765,33
2012	R\$ 1.903,09	R\$ 1.820,71	R\$ 1.532,81	R\$ 2.275,36	R\$ 2.032,81	R\$ 1.754,57	R\$ 2.463,81
2011	R\$ 1.733,21	R\$ 1.644,30	R\$ 1.379,83	R\$ 2.085,92	R\$ 1.861,45	R\$ 1.587,90	R\$ 2.272,45
2010	R\$ 1.588,42	R\$ 1.493,98	R\$ 1.260,37	R\$ 1.953,21	R\$ 1.703,66	R\$ 1.448,50	R\$ 2.110,26
2009	R\$ 1.461,21	R\$ 1.363,72	R\$ 1.146,09	R\$ 1.808,16	R\$ 1.571,51	R\$ 1.325,53	R\$ 2.042,43
2008	R\$ 1.357,33	R\$ 1.270,07	R\$ 1.040,98	R\$ 1.668,14	R\$ 1.465,22	R\$ 1.236,52	R\$ 2.002,00
2007	R\$ 1.240,62	R\$ 1.150,63	R\$ 943,01	R\$ 1.513,84	R\$ 1.339,35	R\$ 1.143,58	R\$ 1.679,77
2006	R\$ 1.169,58	R\$ 1.071,94	R\$ 879,52	R\$ 1.434,77	R\$ 1.266,36	R\$ 1.080,99	R\$ 1.500,71
2005	R\$ 1.078,92	R\$ 968,02	R\$ 795,44	R\$ 1.262,45	R\$ 1.182,98	R\$ 999,35	R\$ 1.510,36
2004	R\$ 1.004,51	R\$ 892,16	R\$ 726,74	R\$ 1.160,18	R\$ 1.109,46	R\$ 926,45	R\$ 1.482,61

⁵ Ainda sobre o salário mínimo necessário conforme Dieese (2016, p.11 e 12), “...a família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto. Utilizando-se o custo da maior cesta, dentre as 27 capitais que pesquisam a Cesta Básica de Alimentos e multiplicando-se por 3, obtém-se o gasto alimentar de uma família. Considerando esse cálculo, dividido por 35, 71% que representa os custos com alimentação das famílias de baixa renda, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), ...para o município de São Paulo em 94/95, pode-se inferir o orçamento total, capaz de suprir também, as demais despesas como habitação, vestuário, transporte etc...”.

2003	R\$ 925,09	R\$ 828,34	R\$ 664,01	R\$ 1.059,25	R\$ 1.026,20	R\$ 845,70	R\$ 1.421,01
2002	R\$ 846,95	R\$ 763,33	R\$ 602,08	R\$ 977,91	R\$ 942,52	R\$ 757,90	R\$ 1.188,69
Var. no período	166%	182%	201%	169%	156%	178%	-

Fonte: Elaborado a partir de MTE-RAIS e DIEESE.

*Dados obtidos no site do DIEESE.

Ainda sobre a Tabela 4, no que diz respeito ao salário mínimo necessário, no intuito de se buscar uma aproximação da proposição teórica de ampliação do valor histórico-social do trabalho, como elemento inerente a superexploração, constata-se que, com base nos preceitos que o definem e que partem dos direitos universais que compõem a constituição brasileira, este deveria ser em média da ordem de R\$ 2.925,16, e assim sendo quando se compara este com os valores recebidos pelos trabalhadores formais em todas as regiões do país, sobretudo os trabalhadores nordestinos, verifica-se que seus rendimentos ficam muito aquém do valor necessário para recomposição de sua força de trabalho em condições normais e reprodução da própria força de trabalho, portanto, isso poderia também se constituir em um indício de superexploração da força de trabalho, pela ótica da não recomposição da mesma.

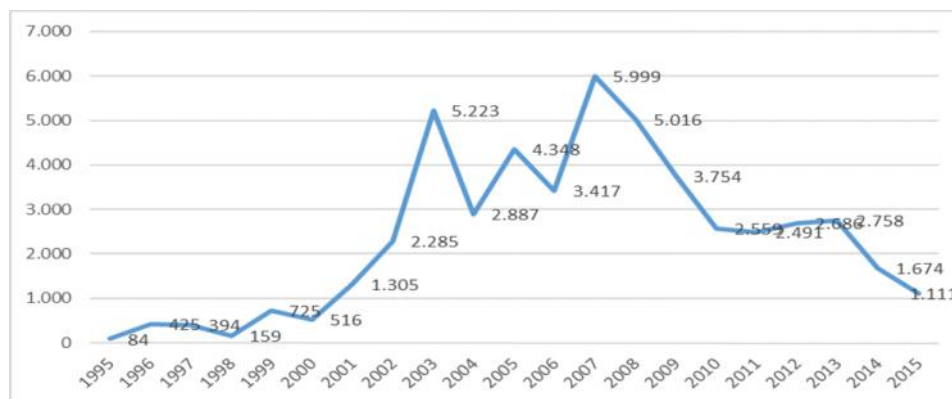
Prosseguindo no entendimento acerca das condições dos trabalhadores brasileiros, um aspecto importante e realidade ainda presente no país e que revela de forma muito explícita a condição de superexploração da força de trabalho consiste no trabalho análogo ao escravo, que de acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, que conforme a ONG Repórter Brasil⁶ se caracteriza por trabalhos que envolvam uma ou mais das seguintes condições: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, como através da violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva, na qual o trabalhador seja submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho, impactando diretamente sua saúde ou gerando algum risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele).

Nessa perspectiva, o Gráfico 5 apresenta a evolução do número de trabalhadores libertados no país que viviam em condições de trabalho análogas à escravos de 1995 a 2015. Os dados mostram uma evolução crescente no número de trabalhadores libertados a partir dos anos 2000, como fruto de uma ampliação no número de ações fiscalizatórias, destacando-se os anos de 2003, 2005, 2007 e 2008 como anos com maior número de trabalhadores libertados das condições de trabalho degradantes em que viviam, correspondendo a 5.223, 4.348, 5.999 e 5.016, respectivamente, decrescendo nos anos subsequentes, embora com números consideravelmente

⁶ Informações extraídas do endereço eletrônico: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/>>

elevados em comparação com a década de 1990. Tais dados refletem apenas os resultados de ações de fiscalização, o que significa que ainda podem existir muitos trabalhadores vivendo condições degradantes e de superexploração, as quais as estatísticas não abarcam.

Gráfico 5: Trabalhadores em condições análogas à escravidão libertados no Brasil. (Em Mil pessoas). 1995-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social obtidos em <<http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>>

Um último aspecto a ser destacado refere-se as condições de saúde dos trabalhadores no Brasil. A Tabela 6 apresenta dados referentes à concessão de auxílio doença no Brasil no período de 2004 a 2014, extraída do 2º Boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade, elaborado pela equipe técnica do Ministério da Previdência, onde se destacam os auxílios doença por motivos de acidentes e por não-acidentes por sexo.

Através dos dados, constata-se que, embora tenha aumentado o número de homens e mulheres economicamente ativos no período, em cerca de 55% e 79%, conforme dados do Ministério do trabalho e previdência social, houve uma ampliação considerável no número de auxílio doença, sobretudo relativos a acidentes (84%) e com mulheres (+ 172%), as quais também apresentaram maior número de casos de auxílios de não acidentes, o que tem a ver com maior número de inserção destas no mercado de trabalho mais também com as condições de trabalho que podem estar influenciando. (MTPS, 2015).

O Boletim do MTPS também aponta que dentre os principais auxílios doenças de acidentes destacam-se causas traumáticas, incluídas no grupo “S” da CID X, com cerca de 60%, sendo 33,75% relacionados a trauma nas mãos e os 40% restantes ocorreram devido as “doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo” (CID M) e a chamada “Síndrome do Túnel do Carpo” pertencente ao grupo de CID G (“doenças do sistema nervoso), como as lesões causadas por esforço

repetitivo (L.E.R.). E, no que diz respeito as principais causas que justificaram auxílios doença não acidentários, o boletim destaca que “... dos vinte agravos à saúde mais frequentes, dez consistem em classificações dos grupos M e F, aqueles que representam, respectivamente, as “doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo” e os “transtornos mentais”. Estes dez agravos representam mais da metade (cerca de 55%) da concessão ligada às vinte causas mais frequentes.” (MTPS, 2015, p. 9).

Tabela 6 - Concessão de Auxílio doença para trabalhadores no Brasil de 2004 a 2013. (Em mil)

Espécie		Total			Auxílio-Doença Não-Acidentário			Auxílio-Doença Acidentário		
Sexo		Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Ano concessão	2004	1.895.880	1.058.191	837.689	1.730.002	925.986	804.016	165.878	132.205	33.673
	2005	2.022.845	1.121.757	901.088	1.866.051	995.642	870.409	156.794	126.115	30.679
	2006	2.336.177	1.285.550	1.050.626	2.195.135	1.172.623	1.022.511	141.042	112.927	28.115
	2007	2.107.455	1.193.785	913.670	1.832.004	998.479	833.525	275.451	195.306	80.145
	2008	2.168.894	1.232.693	936.201	1.811.690	978.542	833.148	357.204	254.151	103.053
	2009	2.048.426	1.162.367	886.059	1.717.536	925.907	791.629	330.890	236.460	94.430
	2010	2.233.468	1.252.852	980.616	1.904.724	1.015.975	888.749	328.744	236.877	91.867
	2011	2.346.923	1.303.244	1.043.679	2.026.624	1.074.467	952.157	320.299	228.777	91.522
	2012	2.467.866	1.352.931	1.114.935	2.161.890	1.134.927	1.026.963	305.976	218.004	87.972
	2013	2.581.402	1.388.084	1.193.318	2.276.443	1.174.632	1.101.811	304.959	213.452	91.507
Total		22.209.336	12.351.454	9.857.881	19.522.099	10.397.180	9.124.918	2.687.237	1.954.274	732.963
Evolução dos Benefícios		36%	31%	42%	32%	27%	37%	84%	61%	172%

Fonte: Sistema Único de Benefícios (SUB) in MTPS

Tais dados relativos à saúde dos trabalhadores brasileiros apontam aspectos importantes e que podem coadunar com condições de superexploração de trabalho, dada a elevação no número de acidentes, denotando condições de trabalho precárias e também pelo maior adoecimento dos trabalhadores, sobretudo por problemas de ordem psicológica.

5. Considerações Finais

A partir dos elementos abordados e dos dados analisados acerca das características do emprego e renda no Brasil no período mais recente, pode-se constatar que, em termos comparativos com os anos noventa, houveram melhorias em alguns aspectos no mercado de trabalho, dentre os quais destaca-se ampliação dos níveis de rendimento médio dos trabalhadores, ampliação dos níveis de escolaridade e dos rendimentos atrelados a esses, maior inserção ocupacional de mulheres e ampliação no número de trabalhadores com carteira assinada e consequente diminuição daqueles sem carteira, caracterizando nessa informação também uma diminuição na informalidade, na flexibilidade nas relações de trabalho e em certo grau precarização dos empregos.

Todavia, ao mesmo tempo em que se tem esses aspectos favoráveis, persistem condições que revelam situações de precarização e superexploração do trabalho. Nesse sentido, constatou-se que um percentual de trabalhadores estão inseridos em mais de um trabalho, como forma de complementação da renda, cerca de 1/4 dos trabalhadores ocupados exercem uma jornada de trabalho superior ao que estabelece a lei como jornada de trabalho normal, o que também pode estar relacionado com a necessidade de complementação de rendimentos necessários a reposição do desgaste da força física desses trabalhadores e provisão de meios de subsistência à família. Outro aspecto que pode ser considerado é o fato de que maiores níveis de escolaridade não promovem uma ampliação na mesma proporção nos salários dos trabalhadores, o que implica que os níveis de salários são incompatíveis em relação às características dos trabalhadores. Ainda no que diz respeito ao rendimentos médios dos trabalhadores, embora estes tenham aumentado ao longo do tempo, ficam aquém do que seria necessário para manutenção de um trabalhador e de sua família, conforme prerrogativas da constituição brasileira e da própria evolução histórico-social das necessidades dos indivíduos.

Ainda no que compete a elementos que caracterizam condição de superexploração do trabalho, pode-se destacar: os baixos níveis salariais de atividades com maior desgaste físico, como o agrícola e serviços domésticos, a existência de contingentes consideráveis de trabalhadores vivendo em condições análogas à escravidão e a própria evolução no número de auxílio doença de acidentes, sobretudo relacionadas à traumas e lesões causadas por esforço repetitivo (L.E.R.) e aumento de auxílios doença de não-acidentes, com destaque para o grande número de benefícios concedidos à pessoas com problemas no sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e por “transtornos mentais.

Portanto, faz-se necessário ampliar a discussão dessas situações e se pensar na incorporação dessas questões para se minorar os impactos negativos na vida dos trabalhadores nas políticas públicas, dado que em alguma medida continuarão a existir como parte da lógica de acumulação capitalista.

6. Referências Bibliográficas

AMARAL, Marina Silva; CARCANHOLO, Marcelo. A **superexploração do trabalho em economias dependentes**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225 jul./dez. 2009.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Crise Contemporânea e mercado de trabalho no Brasil**. In: OLIVEIRA, M. A. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998, p. 130-143.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.**/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**: Dados e Estatísticas. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Junho de 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência** (1973). STEDILE, J. P. & TRASPADINI, R (orgs.). Rui Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **O Ciclo do Capital na Economia Dependente**. FERREIRA, Carla (org.). Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A Superexploração do Trabalho e o Neoliberalismo: A Economia Política da Dependência**. In: Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. 4ª edição, São Paulo: Bertrand Brasil – DIFEL, 1984.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPTS. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**: Dados e Estatísticas. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>> Acesso em: fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPTS. **2º Boletim Quadrimestral sobre Benefícios por Incapacidade: Principais causas de Afastamento do Trabalho entre Homens e Mulheres Empregados da Iniciativa Privada**. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/saude-e-seguranca-do-trabalhador/mais-informacoes/boletim-quadrimestral-de-monitoramento-de-beneficios-de-incapacidade>. Acesso em: Junho de 2016.

POCHMANN, Márcio. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil**. In: OLIVEIRA, M. A. Economia e Trabalho: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998, p. 222-230.

_____. **O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no Final do século**. São Paulo. Editora Contexto, 1999.

_____. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMALHO, Claudilene da Costa; MOREIRA, Renata Couto. **Superexploração dos cortadores de cana no agronegócio brasileiro**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 55-74, jul./dez. 2013